



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



BPN

Comissão Parlamentar de Inquérito ouve Carlos Santos

A Comissão de Inquérito à situação que levou à Nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) vai ouvir hoje Carlos Santos, um dos responsáveis pela supervisão bancária do Banco de Portugal. Segundo a página de Internet da Comissão, Carlos Santos vai ser ouvido pelos deputados às 16h00, naquela que será a quarta audição realizada por este órgão parlamentar que investiga a situação que levou à nacionalização do BPN e a forma como a supervisão lidou com as alegadas irregularidades praticadas pela anterior administração do banco, liderada por José de Oliveira e Costa.

Até agora, a comissão recebeu Oliveira e Costa (que se manteve em silêncio, invocando o estatuto de arguido), bem como os seus sucessores Abdool Vakil e Miguel Cadilhe. Antes da audição de Carlos Santos, os deputados vão apreciar os requerimentos apresentados pelo PCP, Bloco de Esquerda e CDS-PP para que sejam ouvidas várias outras personalidades ligadas ao caso.



A Palavra de...



NUNO MELO (*)

O caso BPN e a falha da supervisão

DEPOIS do silêncio mais ou menos esperado do **Dr. Oliveira e Costa**, a recente audição do **Dr. Miguel Cadilhe**, realizada no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do BPN e respectiva supervisão, revelou importância fundamental.

Desde logo, porque o **Dr. Miguel Cadilhe** desmentiu factualmente, grande parte do que em audição anterior, o Governador do Banco de Portugal, **Dr. Victor Constâncio**, assegurara ao Parlamento.

O **Dr. Miguel Cadilhe** garantiu que foi sua, a decisão da auditoria externa que veio a revelar o essencial do que para já se sabe sobre a realidade do BPN.

O Governador do Banco de Portugal dissera ter sido iniciativa sua.

O **Dr. Miguel Cadilhe** assegura que foi uma acção inspectiva determinada pela sua administração, que detectou as imparidades.

O Governador do Banco de Portugal também dissera ter sido iniciativa sua.

O **Dr. Miguel Cadilhe**, relatou ter questionado o Governador do Banco de Portugal sobre a existência de correspondência trocada com a Procuradoria-Geral da República relativa a irregularidades ou ilicitudes praticadas ao nível do BPN, tendo recebido resposta negativa.

Sucedem que o Procurador-Geral da República distribuiu cartas trocadas, com referências, nomeadamente ao Banco Insular, desde 2004.

O **Dr. Miguel Cadilhe** declarou ter solicitado do Governador do Banco de Portugal, informações sobre respostas a um email da supervisão, datado de Junho de 2007, questionando sobre exposições no Banco Insular, nunca tendo obtido qualquer resposta.

Já o Governador do Banco de Portugal continua a sustentar que só muito recentemente conseguiu estabelecer ligação relevante do Banco Insular, ao BPN.

Concluiu finalmente o **Dr. Miguel Cadilhe**, que do seu ponto de vista, no caso do BPN, o Banco de Portugal cometeu uma grave e prolongada falha de supervisão.

Não me ocorre, para já, fazer qualquer juízo de valor definitivo.

Mas o que não tenho dúvidas, é de que a Comissão de Inquérito em curso, constitui uma oportunidade e uma obrigação.

Oportunidade do Parlamento esclarecer o País, sobre o que cada vez mais parece revelar-se um caso de polícia, que surpreende nunca ter sido detectado e combatido pela supervisão, que dispunha dos indícios, e dos meios.

Obrigação, porque afinal, o ano 2008, permitiu a primeira nacionalização de que há memória, desde aquelas do PREC de má memória, que a história regista.

O CDS requereu várias outras audições.

Se forem aprovadas, permitirão esclarecer várias coisas.

Como a supervisão falhou, como a gestão do BPN permitiu o que só a imaginação poderia fazer supor, e como muitas das ilicitudes se operacionalizaram.

Dependerá apenas da vontade da maioria.

Esperemos então....

(*) **Deputado do CDS-PP e membro da Comissão Parlamentar de Inquérito à Nacionalização do BPN**



BPN. A Comissão de Inquérito à situação que levou à Nacionalização do Banco Português de Negócios vai ouvir na terça-feira Carlos Santos, um dos responsáveis pela supervisão bancária do Banco de Portugal. Esta será a quarta audição realizada pela comissão que investiga a situação que levou à nacionalização do BPN e a forma como a supervisão lidou com alegadas irregularidades. ■